



## **Educação especial inclusiva: Nova teoria para a educação das crianças com necessidades educacionais especiais e deficiências**

### **Inclusive special education: New theory for the education of children with special educational needs and disabilities**

DOI: 10.56238/isevmjv2n4-003

Recebimento dos originais: 20/06/2023

Aceitação para publicação: 13/07/2023

**Gabriel Antonio Ogaya Joerke**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9131-4416>

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1294636671096024>

Professor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT)  
Doutorando em Sociologia no IUPERJ/UCAM. Doutor h.C. em Literatura pelo Centro Sarmarthiano de  
Altos Estudos Filosóficos e Históricos de Niterói-RJ

Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Católica Dom Bosco - UCDB (1986) e Mestrado em  
Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso- UFMT (1997)

E-mail: [gabriel.joerke@gmail.com](mailto:gabriel.joerke@gmail.com)

#### **RESUMO**

O presente artigo visa analisar a inclusão de crianças com necessidades especiais na educação infantil. Visto que, a educação inclusiva e a educação especial são baseadas em diferentes filosofias e fornecem visões alternativas de educação para crianças com necessidades educacionais especiais e deficiências. Eles estão cada vez mais considerados diametralmente opostos em suas abordagens. Este artigo apresenta uma teoria da educação especial inclusiva que compreende uma síntese da filosofia, valores e práticas da educação inclusiva com as intervenções, estratégias e procedimentos da educação especial. O desenvolvimento da educação especial inclusiva visa fornecer uma visão e diretrizes para políticas, procedimentos e estratégias de ensino que irão facilitar a provisão de educação eficaz para todas as crianças com necessidades educacionais especiais e deficiências.

**Palavras-chave:** Educação inclusiva, Educação especial, Deficiência.

#### **1 INTRODUÇÃO**

A questão mais polêmica atualmente em relação à educação de crianças com necessidades educacionais especiais e deficiências, é o da inclusão. Teorias de inclusão na educação tem implicações importantes para as políticas e práticas de educação especial em países desenvolvidos e em desenvolvimento.

A educação inclusiva é geralmente considerada um conceito multidimensional que inclui a celebração e valorização da diferença e diversidade, consideração de direitos humanos, justiça social e questões de equidade, bem como, de um modelo social de deficiência e um modelo sócio-



político de educação. Também abrange o processo de transformação escolar e foco nos direitos e acesso das crianças à educação.

Extraí-se da literatura sobre educação inclusiva quatro princípios-chaves através da qual a filosofia da inclusão é posta em prática. Estes são, em primeiro lugar, proporcionado a todos os alunos uma educação geral desafiadora, envolvente e flexíveis currículos; em segundo lugar, abraçar a diversidade e capacidade de resposta ao indivíduo forças e desafios; em terceiro lugar, usando práticas reflexivas e diferenciadas instrução; e em quarto lugar, estabelecer uma comunidade baseada na colaboração entre alunos, professores, famílias, outros profissionais e agências comunitárias. A educação inclusiva, portanto, visa fornecer um foco facilitador e construtivo para melhorar a educação das crianças com deficiência.

Apesar das visões negativas, a visão de inclusão ainda exerce uma grande influência sobre a cultura educacional de muitos países. E agora, é amplamente reconhecido que a política de "inclusão plena", com sua visão de todos crianças sendo educadas em salas de aula regulares durante todo ou a maior parte do tempo em escola é impossível de alcançar na prática. Isso ocorre porque é considerado que sempre haverá algumas crianças que não podem ser bem-sucedidas incluídos nas salas de aula regulares, o que estabelece um limite para a proporção de crianças que podem ser educadas de forma eficaz em escolas regulares.

Uma vez que a visão da inclusão plena é, portanto, inatingível e a da inclusão educação não é clara, considera-se que o que agora é necessário é uma nova visão para a educação das crianças para substituir as da educação inclusiva e Educação especial. Propõe-se que, isso seja melhor alcançado através do desenvolvimento de uma teoria da educação especial inclusiva que sintetiza filosofias, políticas e práticas de educação especial e educação inclusiva, a fim de, apresentar uma visão clara de uma educação eficaz para todas as crianças.

A metodologia utilizada para a coleta dos dados foi a pesquisa bibliográfica, a qual de acordo com Marconi (2001) tem por objetivo pôr o pesquisador diretamente em contato com tudo o que foi escrito sobre um assunto determinado, permitindo desse modo que o pesquisador tenha uma ajuda paralela no exame de suas observações.

## **2 O CONCEITO DE INCLUSÃO**

O conceito de inclusão no Brasil, ganha espaço na década de 90, esse conceito é disseminado a partir de algumas políticas mundiais e conseqüentemente depois sendo incorporada em algumas políticas nacionais. Em 1990 teve-se a conferência mundial de educação para todos, que discute a educação voltada para todos os sujeitos. “A inclusão se contrapõe a exclusão escolar

e social, é um processo gradativo onde a ciência e as ideologias caminham juntas para a construção de uma verdadeira sociedade” (FAVERO, 2005).

Nesse sentido, Barby, (2005), explícita que as políticas educacionais em prol da inclusão representaram uma grande conquista, pois além de garantirem os direitos desse alunado, também impulsionaram o movimento, persuadindo os sistemas de ensino a se adequarem às novas orientações legais.

Como visto, a inclusão nasceu a partir da década de 90 no mesmo momento em que a educação física também entrou na sua crise ou na mudança de paradigma. Então paralelamente esses dois contextos da educação inclusiva e da educação física ou desta “outra” educação física, ela veio sendo construída as duas, ao mesmo tempo, mais especificamente na década de 90/94 quando esse contexto da educação inclusiva ser obrigatória e de que os alunos com necessidades especiais têm que estar matriculados nas escolas regulares, e que também, coincide com as novas propostas de abordagens da educação física, o advento da inclusão, também é absorvido pela educação física. (AGUIAR, 2010).

Em 1994 teve a declaração de Salamanca, um momento em que surge o termo “necessidades educacionais especiais”, e também documento são reforçados alguns princípios da declaração de 1990 onde é defendido que a educação seja para todos os sujeitos. A declaração de Salamanca partiu do seguinte pressuposto:

As escolas regulares com orientação para a educação inclusiva, são o meio mais eficaz no combate às atitudes discriminatórias, propiciando condições para o desenvolvimento de comunidades integradas, base da construção da sociedade inclusiva e obtenção de uma real educação para todos (UNESCO, 1994, p.09).

Esta declaração proclama que:

- Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;
- Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagens únicas;
- Os sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades (UNESCO, 1994).

Em 1996 no Brasil, teve a aprovação da lei de diretrizes e bases da educação nacional, nesse documento político educacional, a educação especial ganha o espaço de destaque onde são definidos os atendimentos para esse público bem como, quem faz parte dele. Guebert (2007), enfoca que, em 1994, a Declaração de Salamanca esboçou adequações para a Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular. Acompanhando o processo de



mudanças, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001 apud BRASIL, 2008).

Mais uma vez a comunidade internacional se faz presente e apoia a iniciativa.

Assim, o movimento pela inclusão cresceu e se consolidou ao longo do século XX, buscando garantir processos educacionais democráticos inclusivos, preocupados em garantir direitos iguais a todos os cidadãos, independentemente de suas características individuais. (GUEBERTT, 2007, p. 35).

É importante observar que nesse documento, é um momento também que a educação física passa a ser considerada como um componente curricular obrigatório, ou seja, ela passa a ter responsabilidade com a formação desses sujeitos que estão presentes no contexto da escola. Se ainda necessita discutir sobre a inclusão escolar, refletir sobre esse assunto, então deve-se considerar que ainda exista exclusão no espaço escolar. A adversidade está relacionada a diferença, a variedade humana. (BATISTA, 2005).

Todos nós somos diferentes e para considerarmos uma educação física inclusiva dentro de uma escola inclusiva, uma boa aula é uma aula para todos, indiferente das suas diferenças, ou seja, essas indiferenças que estão presentes dentro da escola estão relacionadas aos aspectos físicos, biológicos, culturais, religiosos; todas as diferenças que contemplam a adversidade humana. (BATISTA, 2005).

A inclusão está relacionada aos alunos terem acesso aos mais diversos esportes, danças, ginástica, lutas e os jogos e brincadeiras sem distinção alguma. Se nós pensarmos um pouco quando mencionamos inclusão, geralmente nos remetemos aos alunos com necessidades educacionais especiais, essa é uma visão também que precisamos ampliar, pois a inclusão vai para além da inserção, da inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais dentro da escola e nas aulas de educação física. Contudo, de acordo com alguns autores pesquisados (MONTANO, MAZZOTA, BUENO) uns estão insatisfeitos com os paradigmas que têm predominado em Educação Especial, isto originado pelo fato de que, a despeito de todos os esforços, os alunos com deficiências, condutas típicas e síndromes neurológicas, psiquiátricas ou quadros psicológicos graves e, ainda, os de altas habilidades (Superdotados) continuam excluídos, seja das escolas comuns, seja do direito à apropriação do saber na intensidade e ritmo necessários para sua aprendizagem. (CARVALHO, 2010).



## 2.1 O PAPEL DO PROFESSOR NA INCLUSÃO ESCOLAR

O papel do professor frente aos alunos com necessidades especiais é de fundamental importância. O primeiro passo para a acessibilidade pedagógica é uma transformação radical na postura do professor, ele se despir de preconceitos, porque a atitude atitudinal é a primeira barreira no sucesso de inclusão de alunos; e quando se fala de educação inclusiva, nós somos um país que exporta lentes e principalmente nesse assunto de inclusão. Segundo Saviani: “ao adquirir competência o professor ganha também condições de perceber, dentro da escola, os obstáculos que se opõem à sua ação competente” (SAVIANI, 1995, p. 45).

A formação dos professores tem sido apresentada pelas discussões como o tema central no processo de inclusão e atendimento de alunos com necessidades especiais. Pois, o professor é o principal mediador nas relações entre os alunos, é por meio da intervenção crítica e social do professor que os alunos podem ter uma nova visão sobre as diferenças entre os outros e entre si. (MARTINS, 2005).

A inclusão busca retirar as barreiras impostas pela exclusão em seu sentido mais global. O apoio da família e a parceria com a escola é fundamental para o desenvolvimento do aluno especial. Os benefícios da educação inclusiva é que os alunos são socializados, não se sentem excluídos no meio das demais crianças, além de que essa convivência traz reflexos que são percebidos também na idade adulta, já que a análise aponta que alunos com deficiência que foram incluídos são mais propensos a fazer um curso superior, pertencer a um grupo de amigos, encontrar um emprego ou viver de forma independente.

Um currículo centrado fundamentalmente nos conteúdos conceituais e nos aspectos mais acadêmicos, que propõe sistemas de avaliação baseados na superação de um nível normativo igual a todos, lança ao fracasso alunos com mais dificuldades para avançar nestes âmbitos. Os currículos mais equilibrados, nos quais o desenvolvimento social e pessoal também tem importância e em que a avaliação seja feita em função do progresso de cada aluno, facilitam a integração dos alunos (MARCHESI, 2004, p. 39).

Um grande número de pesquisas mostrou que esse grupo desenvolve habilidades mais fortes em leitura e matemática, têm maiores taxas de presença, são menos propensos a ter problemas comportamentais e estão mais aptos a completar o ensino médio comparado com estudantes que não são incluídos. Diante de tais necessidades especiais educacionais, o papel do professor é de suma importância na educação inclusiva, visto que o professor é a “autoridade competente, direciona o processo pedagógico, interfere e cria condições necessárias à apropriação do conhecimento” (GAZIM et. al, 2005, p.51).



## 2.2 A DIDÁTICA GERAL

A prática docente para que seja efetiva e para que todos possam compreender e construir seus conhecimentos é necessário que se conheça esses elementos em que a didática é a disciplina que estuda; ela irá estudar todos os elementos necessários a organização da sala, a concepção das metodologias de ensino, da estrutura de avaliação, das competências, habilidades e atitudes que se pretendem desenvolver durante o processo de ensino aprendizagem; portanto, é uma das disciplinas mais importantes. (WALBER, 2013).

A questão da inclusão de crianças especiais nas escolas de educação infantil é fornecer a capacidade de pensarmos em profissionais capacitados e oriundos de outras áreas para dentro da sala de aula. A função da mediação do professor é a estimulação dessa criança para o seu avanço social e intelectual, e a sua presença se justifica pela real participação da criança no processo. (FAVERO, 2005).

O que se deseja é que a criança seja acompanhada de um profissional que esteja integrado a rotina escolar, que conheça a cultura da escola e que se integre também os projetos. Todo esse esforço amplia as capacidades cognitivas do aluno; toda criança em fase de desenvolvimento da educação infantil precisa de uma orientação constante e o alunos que têm na mediação o seu portavoiz permanecem mais tempo integrados e aproveitam com mais qualidade as propostas do dia a dia escolar.

Desta forma, o movimento que inicialmente incluiu uma crítica e uma denúncia ao caráter meramente instrumental da Didática avançou em seguida para a busca de alternativas e reconstrução do conhecimento da área. E, em oposição ao modelo pedagógico centrado no campo da instrumentalidade, grupos de educadores passam a discutir a importância de formar uma consciência crítica nos professores para que estes coloquem em prática as formas mais críticas de ensino, articuladas aos interesses e necessidades práticas das camadas populares, tendo em vista garantir sua permanência na escola pública (FAVERO, 2005).

Cabe ao mediador atender às necessidades de interação social, aproxima as demais crianças da turma, ajuda na adaptação do currículo e das tarefas escolares. No final de 2015 uma nova lei foi criada com o intuito de estabelecer regras de convívio clareando um pouco mais essa atividade dentro da escola, mas, é fundamental que a família também participe desse processo coletivo. (WALBER, 2013).

## 2.3 ASPECTOS LINGUÍSTICOS/LITERÁRIOS

Segundo o instituto de pesquisa econômica aplicada, a língua portuguesa é falada hoje por mais de 270 milhões de pessoas, seu uso acontece em Portugal e em países que foram colonizados

por essa potência. Em 1990 foi assinado um acordo entre essas nações que tinha como objetivo a unificação gráfica do idioma. (WALBER, 2013).

O português é o oitavo idioma mais falado no mundo em dez países, nove deles, colonizados por Portugal; é no Brasil que existe o maior número de usuários da língua, são mais de 190 milhões de pessoas. A origem da língua portuguesa se deu no século III a.C com a chegada de Colônias Romanas a Península Ibérica; o português deriva do latim mas, no século XIX se configurou o fato de um ramo específico do latim, ou seja, é desse latim que deriva todas as línguas neolatinas incluindo o português. (WALBER, 2013).

Quando pensamos no estudo da literatura, primeiramente é pensado na literatura como um direito humano, e de fato a leitura é muito importante, mas na perspectiva isso passa a ser uma novidade, pois podemos notar a literatura como um direito humano no sentido de que, ela é de todas as pessoas e isso muitas vezes parece um paradoxo justamente porque não são todas as pessoas que têm direito a literatura de forma mais complexas. (CARNEIRO, 2017)

Em relação aos aspectos linguísticos, há algumas particularidades, que somente são notadas em um texto literário, que são elas:

- **Complexidade:** É a característica do discurso literário;
- **Multissignificação:** Está relacionado as várias interpretações que o texto literário permite;
- **Conotação:** Ela permite que as ideias e associações extrapolem o sentido original da palavra;
- **Liberdade na criação:** É quando o artista não tem responsabilidade/compromisso com o objeto linguístico;
- **Variabilidade:** É quando ocorrem mudanças que são culturais que geralmente são observadas no discurso individual e no discurso cultural.

Diante disso, a linguagem literária geralmente é encontrada nos mais diversos gêneros como, por exemplo, nas narrativas de ficção, crônicas, novelas e até mesmo em poemas. E para que ela seja compreendida, é importante que se tenha cuidado ao interpretar e analisar esse tipo de discurso, pois, podem fugir totalmente das convenções; além de oferecer o que a arte e literatura tem de melhor. (JANNUZZI, 2014).

## 2.4 A IMPORTÂNCIA DAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS NO ÂMBITO ESCOLAR

Ética é a capacidade de proteger a vida coletiva decente, portanto, Conforme Antonio Lopes de Sá (2001, p.110), “Cada conjunto de profissionais deve seguir uma ordem que permita a evolução harmônica do trabalho de todos, a partir da conduta de cada um, através de uma tutela no trabalho que conduza à regulação do individualismo perante o coletivo”.

Para Cipriano Carlos Luckesi (1994, p.37), a educação pode ser concebida como redenção da sociedade, como reprodução da sociedade ou como transformação da sociedade. Na obra *Pedagogia da Autonomia*, de Paulo Freire (2006), há uma proposta de prática educativa refletindo sobre o compromisso e a responsabilidade do educador, pois a relação em sala de aula, os limites da ética, do que é “ser ético”, do reconhecer um sujeito do outro lado e não um objeto dos interesses do docente é parte de uma complexidade em que o despreparo para exercer a função pode resultar em um verdadeiro desastre na tentativa de ser professor, mas Paulo Freire consegue enfrentar o tema com responsabilidade e com habilidade, chamando o leitor para uma reflexão.

Uma das funções mais importantes da escola ou tão importante quanto às demais, é mesmo o estabelecimento das relações interpessoais. As pessoas tem múltiplas inteligências e uma das inteligências básicas para o sucesso na vida é a inteligência interpessoal. (MAZZOTTA, 2015).

Então o estabelecimento de relações adequadas, o respeito pelo outro, a habilidade de lidar com todo mundo, de lidar com o próprio humor, isso tudo se estabelece nas relações desde a mais tenra idade. Por isso que a criança vai encontrar na escola um ambiente para que ela desenvolva essas relações. Essas relações são extremamente importantes para o desenvolvimento emocional, amigos são essenciais para a vida humana. Fritzen (1987, p. 73) afirma que “as relações interpessoais constituem a medula da vida. Elas formam e entretêm a nossa identidade pessoal. Em certo sentido, nós nos tornamos e ficamos aquilo que somos graças à atenção que nos é dispensada pelos outros”.

No ambiente das escolas encontra-se personalidades, comportamentos e valores bem diferentes. Não há lugar melhor para aprender sobre a arte da convivência e ainda exercitar as crenças. Algumas escolas se esforçam para ensinar regras de convivência, mas, nem todas elas dão valor certo a isso. É também na escola que começa a montar a rede de relacionamentos. (PEREIRA, 2017).

A linguagem não é só meio de sedução, é o próprio lugar da sedução. Nela, o processo de sedução tem seu começo, meio e fim. As línguas estão carregadas de amálios, de filtros amatórios, que não dependem nem mesmo de uma intenção sedutora do emissor. (PERRONE-MOISÉS, 2003).



De acordo com Pimenta (2002), “Para enfrentar os desafios das situações de ensino, o profissional da educação precisa de competência do conhecimento, de sensibilidade ética e de consciência política”. Se os alunos precisam ter a capacidade de estabelecer relações interpessoais e é sabido que 80% da sua aprendizagem se dá pela observação, é crucial que as relações interpessoais dos funcionários dentro da escola estejam estabelecidas de forma harmônica.

## 2.5 DEBATES SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Há confusão sobre o que se entende por inclusão, conforme observado por Norwich quando ele afirma, "sua definição e uso são seriamente problemáticos" (Terzi, 2010). O termo "inclusão" é usado de várias maneiras, por exemplo, para se referir a inclusiva escolas ou uma sociedade inclusiva.

A questão mais séria sobre o significado da inclusão é aquela causada pela confusão de inclusão social com educação inclusiva para crianças. O termo inclusão social é normalmente usado para se referir ao objetivo de criar uma sociedade inclusiva, na qual todos os indivíduos são valorizados e têm papéis importantes a desempenhar. Inclusão social na educação refere-se à inclusão nas escolas regulares de crianças com uma grande diversidade de diferenças e necessidades. Isso tem um foco muito mais amplo do que a educação inclusiva para crianças, mas é frequentemente usado pelos proponentes da inclusão total como se fosse significava a mesma coisa. Além disso, muitos defensores da educação inclusiva falam disso como um processo que envolve a reorganização de toda a escola, a fim de desenvolver escolas inclusivas. Implícito neste processo, no entanto, está o objetivo final de plena inclusão (SLEE, 2011).

Portanto, uma vez que a palavra inclusão é usada de tantas maneiras diferentes, é importante, a fim de evitar confusão, ser claro sobre o que se entende por cada uso específico do termo. A definição de educação especial inclusiva engloba uma síntese de filosofias e práticas de educação inclusiva e educação especial. Isto envolve educar as crianças nos ambientes mais inclusivos em que suas necessidades educacionais especiais podem ser atendidas de forma eficaz, usando a mais eficaz estratégias de ensino, com o objetivo geral de facilitar o mais alto nível de inclusão na sociedade pós-escolar para todos os jovens. (SLEE, 2011).

Uma confusão comum ocorre entre educadores influenciados pela retórica de inclusão, apesar de seu contraste com a realidade da situação nas escolas. A retórica da inclusão plena sugere que é possível educar efetivamente todos crianças em salas de aula regulares. No entanto, a realidade do situação nas escolas regulares é que muitos professores não se sentem capazes ou dispostos para implementar este cenário. A realidade é que, em muitos países, não há dados

suficientes sobre o ensino de crianças em cursos de formação inicial de professores e treinamento em serviço limitado em que está disponível para professores. Isso significa que muitos professores não têm as atitudes, conhecimentos e habilidades relevantes necessário para incluir crianças com uma ampla gama em suas aulas e também estão preocupados que haverá recursos materiais e humanos insuficientes, e, em particular, o pessoal de apoio, para efetivamente implementar uma política de inclusão plena (EMAM, 2009).

### **2.5.1 Direitos**

A principal confusão diz respeito aos direitos das crianças. Um argumento típico apresentado a favor da inclusão total é que é um direito humano básico de todas as crianças a serem educadas juntamente com seus pares tradicionais. Para segregar crianças por qualquer motivo, é considerado por muitos defensores da inclusão uma negação de seu direitos humanos. No entanto, existem duas confusões aqui. Em primeiro lugar, há confusão entre direitos humanos e direitos morais. Só porque alguém tem um humano direito a uma determinada opção não significa que seja uma obrigação ou que seja moralmente a coisa certa para eles fazerem (THOMSON, 1990). Assim, embora seus direitos humanos permitir que crianças sejam educadas junto com seus colegas tradicionais, para alguns deles podem não ser, moralmente, a opção certa ou a melhor. Como Warnock coloca isso, 'O que é um bem manifesto na sociedade e o que é meu direito ter. . . não deve seja o que for melhor para mim como um aluno '(TERZI, 2010)

Embora seja claro que seus direitos humanos permitem que as crianças com sejam educadas juntas com seus pares tradicionais, para alguns deles, este pode não ser a melhor opção. Portanto, a educação especial inclusiva considera que o direito a uma educação apropriada que atenda às necessidades específicas das crianças deve ser a prioridade. Isso é considerado mais importante do que o direito de ser educado junto com seus pares convencionais, que devem ser levados em consideração, mas na análise final devem ser substituída pelo direito de receber uma educação adequada. (EMAM, 2009).

### **2.5.2 Etiologia**

Uma confusão importante relacionada à educação inclusiva diz respeito às teorias sobre a etiologia das necessidades educacionais especiais e deficiências. Até cerca de quatro décadas atrás, presumia-se que deficiência resultava inteiramente de dificuldades fisiológicas ou psicológicas inerentes às próprias crianças. Desde então, a consciência tem crescido sobre o quanto os fatores sociais e ambientais podem influenciar o desenvolvimento e funcionamento das crianças. No

entanto, alguns defensores da inclusão a educação levou esta perspectiva social ao seu extremo e sugeriu que seja inteiramente construído socialmente. Warnock e Norwich (2010) consideram que é ir longe demais negar o impacto que as deficiências podem ter na aprendizagem das crianças. Eles consideram importante reconhecer o papel de fatores fisiológicos e psicológicos, bem como fatores sociais na etiologia.

### **2.5.3 Modelos de intervenção**

A educação inclusiva também é considerada, por seus proponentes, como sendo preferível a educação especial porque é sugerido que este último seja baseado em um médico ou modelo de déficit de intervenção, em oposição a focar nas necessidades dos alunos e forças. Esta é uma visão confusa e imprecisa, por vários motivos. Intervenções educacionais foram influenciadas por médicos, psicológicos e vários outros modelos de tratamento, conforme esclarecido por Farrell (2010), que conclui, 'A base de conhecimento da educação especial inclui uma ampla gama de disciplinas e contribuições complementadas por pesquisas e métodos relacionados que informam prática baseada em evidências '.

### **2.5.4 Metas**

Uma confusão importante que impacta a questão da educação inclusiva diz respeito aos objetivos da educação, como apontado por Terzi (2010). Esta questão é particularmente importante para crianças. Em muitos países, tem havido uma ênfase crescente no desempenho acadêmico à medida que o objetivo mais importante da educação. Os governos de muitos países têm concentrado sua atenção na melhoria dos padrões acadêmicos, especialmente em alfabetização e numeramento, por vários meios, incluindo o estabelecimento de currículos e regimes de avaliação nacional.

A clareza sobre os objetivos da educação é uma parte fundamental da educação especial inclusiva que, portanto, se concentra nos objetivos mais amplos da educação, como aqueles preocupada com o desenvolvimento de habilidades para a vida, habilidades vocacionais e habilidades sociais, além de habilidades acadêmicas, como alfabetização e numeramento. O principal objetivo de educação para crianças com dificuldades e deficientes, como com todas as crianças, é produzir feliz e cidadãos produtivos que estão incluídos em suas comunidades tanto quanto possível e ter as habilidades necessárias para atender às demandas da vida adulta. (FARRELL, 2010).



### 2.5.5 Meios e fins

Uma confusão importante com a educação inclusiva é se a inclusão é na realidade um meio para um fim ou um fim em si mesma. Os defensores da inclusão total argumentam que a colocação segregada está errada porque um objetivo principal da educação deve incluir as crianças plenamente na comunidade em que vivem. Portanto, eles devem ser incluídos em suas escolas regulares locais em toda a sua escolaridade. No entanto, conforme sugerido por Warnock (Terzi, 2010), a inclusão em a comunidade depois de deixar a escola é realmente o fim mais importante que os educadores deveriam estar procurando. A inclusão nas escolas regulares pode ser um meio para esse fim, mas não deve ser um fim em si mesmo. Para algumas crianças, a colocação segregada pode ser o melhor meio para o fim da inclusão na comunidade quando saem da escola. Em contraste, a inclusão nas escolas regulares que não atende totalmente às necessidades especiais das crianças pode ser contraproducente em que é provável que reduza seu potencial de inclusão plena na comunidade como adultos.

## 3 DISCUSSÃO CRÍTICA

A educação inclusiva é geralmente considerada um conceito multidimensional que inclui a celebração e a valorização da diferença e da diversidade, a consideração direitos humanos, justiça social e questões de equidade, bem como um modelo social de deficiência e um modelo sociopolítico de educação. Também engloba o processo de transformação da escola e um foco no direito e acesso das crianças para a educação.

A fim de resolver as confusões destacadas acima, uma nova teoria foi proposta que sintetiza teoria e pesquisa de educação especial e educação inclusiva, a fim de apresentar um modelo para fornecer uma educação eficaz para todas as crianças. A teoria da educação especial inclusiva compreende uma síntese da filosofia e dos valores da educação inclusiva, juntamente com as estratégias e intervenções utilizadas na educação especial. (FAVENI, 2005).

A teoria da inclusão da educação especial fornece diretrizes para políticas, procedimentos e com base em evidências estratégias de ensino que apoiarão a oferta de educação eficaz para todas as crianças. O objetivo desta nova abordagem é garantir que todas as crianças que possuem dificuldade, são efetivamente educados em instalações especiais ou convencionais, onde é mais apropriado, desde a primeira infância até o ensino médio. Assim, o modelo combina aspectos-chave da educação especial e da educação inclusiva para formar a educação especial inclusiva. (FARRELL, 2010).



#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para uma teoria de educação especial inclusiva foi proposto que abrangessem as filosofias, políticas e práticas de educação especial e educação inclusiva. Nesta teoria, os aspectos de ambas as abordagens são combinados para formar Educação especial. O objetivo da educação especial inclusiva é garantir que todas as crianças sejam efetivamente educadas em especial ou regular instalações desde a primeira infância até o ensino médio, a fim de alcançar sua inclusão máxima e plena participação na comunidade quando eles saem da escola.

Pretende-se que com o estudo destas teorias da educação especial inclusiva, ajudam a gerar uma nova visão que combina aspectos-chave da educação inclusiva e educação especial, a fim de garantir que todas as crianças recebam a melhor educação possível e, assim, obter a preparação ideal para uma vida bem-sucedida e realizada depois de deixar a escola. Espera-se que este artigo desperte um debate que levará a um maior desenvolvimento da teoria do especial inclusivo Educação.



## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, M. A. S. **Avaliação do plano nacional de educação 2001-2009**: questões para reflexão. Educ. Soc., Campinas, SP, v. 31, n. 112, p. 707-727, jul.-set. 2010.
- BARBY, A. A. de O. M.; ROSSATO, M. (Org). **Tópicos especiais para a inclusão educacional**. Maringá: EDUEM, 2005.
- BATISTA, Cristina Abranches Mota; MANTOAN, Maria Tereza Egler. *In*: BRASIL, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. **Educação Inclusiva: Atendimento Educacional Especializado para a Deficiência Mental**. Brasília: MEC/SEESP, 2005.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CN/CEB nº 2** de 11 de setembro de 2001.
- CARNEIRO, Moaci Alves. **O acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns**: Possibilidades e Limitações. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- CARVALHO, Rosita Edler. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. Porto Alegre: Mediação, 2010.
- EMAM, M. & Farrell, P. Tensões experimentadas por professores e suas opiniões sobre o apoio aos alunos com Transtornos do Espectro do Autismo em escolas regulares. **European Journal of Special Needs Education**, 24 (4),407-422, 2009.
- FARRELL, M. **Debating Special Education**. Londres: Routledge, 2010.
- FRITZEN, Silvino José. **Relações Humanas Interpessoais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.
- GAZIM, E. *et al.* Tendências pedagógicas brasileiras: contribuições para o debate. **Revista Chão da Escola**. Curitiba, n. 4, p. 41-52, out. 2005.
- GUEBERT, M.C.C. **Inclusão**: uma realidade em discussão. Curitiba, IBPEX, 2007.
- JANNUZZI, Gilberta. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- LUCKESI, Cipriano Carlos: **Avaliação da Aprendizagem Escolar**: estudos e proposições – capítulo IX Avaliação da aprendizagem Escolar: um ato amoroso. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 168-180.
- MARCHESI, Álvaro. Da linguagem da deficiência às escolas inclusivas. *In*: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesus; (Org.). **Desenvolvimento psicológico e educação**. Tradução de Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MARTINS, Lucia de Araújo Ramos et all. Inclusão. **Compartilhando saberes**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- MAZZOTTA, Marcos J.S. **Educação Especial no Brasil**: História e políticas públicas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2015.



PEREIRA, M. S. Semelhanças e Diferenças de Habilidades Sociais entre crianças com Síndrome de Down incluídas e crianças com desenvolvimento típico. 2007. 119f. Dissertação (**Mestrado em Educação**) – Universidade Federal de São Carlos, SP, 2017.

PIMENTA, S. G. Professor reflexivo: construindo uma crítica. *In*: PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Org.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2002. SÁ, Antônio Lopes de. **Ética profissional**. São Paulo: Atlas, 2009.

SAVIANI, D. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. Campinas, SP: Editores Associados, 1995.

SLEE, R. **A Escola Irregular: exclusão, escolaridade e inclusão**. Londres: Routledge. 2011.

TERZI, L. (ed.) **Special Educational Needs: a new look**. Londres: Continuum.2010.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

THOMSON, J. J. **The Realm of Rights**. Cambridge, MA: Harvard Jornal universitário. 1990.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, Política e prática em Educação Especial**. Salamanca, Espanha. 07 a 10 de junho de 1994.

WALBER, Vera Beatris; SILVA, Rosane Neves da. As práticas de cuidado e a questão da deficiência: integração ou inclusão? **Revista Estudos de Psicologia I**, Campinas, SP, n. 23, v.1, p. 29-37, jan.-mar.2006. Disponível em: Acesso em: 05 nov. 2013.

WARNOCK, M. **Necessidades Educacionais Especiais: um novo visual**. Londres: Filosofia da Sociedade de Educação da Grã-Bretanha, 2005.